

CRISE DOS MERCADOS

Arrocho no setor público pode ser ampliado

Segundo secretário de Política Econômica, superávit primário de R\$ 8,7 bilhões é a meta mínima

LILIANA ENRIQUETA LAVORATTI

BRASÍLIA – O arrocho no setor público deverá ir além daquele estabelecido na Medida Provisória 1.716, de 8 de setembro. O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Amaury Bier, admitiu ontem que poderá ser ampliada a meta de superávit primário para o governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) no próximo ano, fixada pela MP em R\$ 8,7 bilhões. O resultado primário é a diferença entre receitas menos despesas, exceto a conta de juros da dívida pública. “Podemos modificar essa meta, pois R\$ 8,7 bilhões é o mínimo para o governo central”, disse.

Bier também informou que os Estados, municípios e estatais terão de seguir a União e cumprir metas fiscais a partir do próximo ano. “A abrangência ideal do programa de ajuste fiscal para o triênio 1999-2001 é todo o setor público consolidado”, afirmou o secretário de Política Econômica. No entanto, ele não quis antecipar como o governo federal pretende estabelecer compromissos para os demais níveis governamentais, uma vez que eles têm autonomia constitucional. “Os mecanismos ficarão claros quando o programa for enviado ao Congresso, até o dia 15 de novembro”, disse Bier.

Os contratos de renegociação das dívidas dos Estados com a União, assinados pela maioria dos governadores, prevê que o Tesouro Nacional poderá “sequestrar” as receitas de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e das transferências aos Fundos de Participação dos Estados (FPE) quando os Estados deixarem de destinar 13% de sua



Lindauro Gomes/AE

Bier: queda de juros americanos seria demonstração de sensibilidade

TESOURO PODE “SEQÜESTRAR” RECEITA DOS ESTADOS

arrecadação líquida para o pagamento da dívida refinanciada.

O uso desses instrumentos legais, porém, vai depender da força política do governo federal.

O aumento da meta fiscal para o governo central em 1999 e a abrangência dos Estados, municípios e estatais no programa de ajuste no próximo triênio, na prática, é uma condição para o Brasil receber ajuda financeira do Fundo Monetário Internacional (FMI) e dos demais organismos multilaterais de crédito dispostos a socorrer os países latino-americanos. Essas instituições vêm no desequilíbrio das contas públicas de todo o setor público brasileiro a principal causa da fragilidade do País perante a crise financeira internacional e estão submetendo um eventual socorro a um profundo ajuste fiscal.

Segundo ele, a situação enfrentada pelo Brasil “decorre da evolução do cenário internacional e pode assumir tendência sistêmica se não forem adotadas ações coordenadas no pla-

no mundial”. Ele enfatizou a importância de uma indicação do Fed (o banco central dos Estados Unidos) esperada para esta semana, indicando a queda das taxas de juros naquele País. “Seria a maior demonstração da sensibilidade das autoridades norte-americanas para a gravidade do problema internacional”, completou.

Na avaliação da Secretaria de Política Econômica da Fazenda – contida no *Boletim de Acompanhamento Macroeconômico*, divulgado ontem – o Brasil está preparado para enfrentar a crise internacional. “O País tem instituições democráticas sólidas, um sistema bancário aberto e saneado, um compromisso com a manutenção de regras contratuais, um portfólio de reformas já concluídas ou em curso e um sentido de direção inequivocamente estabelecido”, afirma a publicação mensal do Ministério da Fazenda. Bier reiterou mais uma vez que está fora de cogitação a desvalorização cambial e o controle de câmbio. “Se existirem novas medidas, elas serão no mesmo sentido daquelas já adotadas e visando sempre restringir o ingresso dos capitais estrangeiros e nunca a saída”, ressaltou Bier.